

# **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais**

**Renata Rocha Gadelha**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Marechal Cândido Rondon,  
Paraná, Brasil.

e-mail: regadelha@hotmail.com

## **Resumo**

O presente artigo busca apresentar a história do Movimento de Mulheres Camponesas no estado de Minas Gerais (MMC MG), como um movimento socioterritorial, destacando seus antecedentes, o início de sua formação e desenvolvimento. Para tanto, utilizou-se a história de vida e a observação participante como meio de coleta de dados. Foram entrevistadas oito camponesas do MMC MG e feitos registros, a partir da participação no Encontro Estadual do MMC MG em 2019, e de visitas ao Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Governador Valadares (STR-GV). O MMC MG nasce e se desenvolve no Vale do Rio Doce (VRD), a partir de lutas históricas do campesinato contra a expropriação de suas terras pelos latifundiários. Dessas lutas nasce o STR-GV. É a partir deste sindicato que as mulheres do campo do VRD, na década de 1990, começam a se organizar, articulando-se a movimentos autônomos de mulheres do campo de outros estados e levantando pautas sobre as relações de gênero. Até que, em 2004, o grupo de mulheres organizadas pelo STR-GV participam da criação e passam a integrar o MMC Brasil.

**Palavras-chave:** Movimento socioterritorial; campesinato; Vale do Rio Doce.

## **History and Struggles of Territorialization of the Movement of Peasant Women in Minas Gerais**

### **Abstract**

This article seeks to present the history of the Movement of Peasant Women in the state of Minas Gerais (MMC MG), as a socio-territorial movement, highlighting its background, the beginning of its formation and development. For that, life history and participant observation were used as a means of data collection. Eight peasants from the MMC MG were interviewed and records were made, based on their participation in the State Meeting of the MMC MG in 2019, and visits to the Union of Rural Workers of Governador Valadares (STR-GV). The MMC MG was born and developed in the Vale do Rio Doce (VRD), from the historical struggles of the peasantry against the expropriation of their lands by the landowners. From these struggles the STR-GV is born. It is from this union that women from the VRD countryside, in the 1990s, began to organize themselves, articulating themselves with autonomous rural women's movements from other states and raising guidelines on gender relations. Until, in 2004, the group of women organized by STR-GV participate in the creation and become part of MMC Brasil.

**Keywords:** Socio-territorial movement; peasantry; Rio Doce Valley.

## **Historia y luchas de territorialización del movimiento de mujeres campesinas en Minas Gerais**

### **Resumen**

Este artículo busca presentar la historia del Movimiento de Mujeres Campesinas en el estado de Minas Gerais (MMC MG), como movimiento socioterritorial, destacando sus antecedentes, el inicio de su formación y desarrollo. Para eso, se utilizó la historia de vida y la observación participante como medio de recolección de datos. Se entrevistó a ocho campesinas del MG MMC y se hicieron registros, desde su participación en la Reunión Estatal del MG MMC en 2019, y visitas al Sindicato de Trabajadores Rurales de Governador Valadares (STR-GV). El MMC MG nació y se desarrolló en el Vale do Rio Doce (VRD), a partir de las luchas históricas del campesinado contra la expropiación de sus tierras por parte de los terratenientes. De estas luchas nace el STR-GV. Es a partir de esta unión que las mujeres del campo VRD, en la década de 1990, comenzaron a organizarse, articulándose con movimientos autónomos de mujeres rurales de otros estados y planteando lineamientos en las relaciones de género. Hasta que, en 2004, el grupo de mujeres organizado por STR-GV participa en la creación y pasa a formar parte de MMC Brasil.

**Palabras clave:** Movimiento socio-territorial; campesinado; Valle del Río Doce.

## Introdução<sup>1</sup>

O objetivo deste artigo é abordar a história e as lutas do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais (MMC MG) a partir de uma perspectiva territorial. Nas palavras de Saquet (2013, p.13), uma abordagem territorial deve considerar: “concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais”. Segundo este autor, o território é constituído de “(i)materialidade, como objetivações e subjetivações indissociáveis” (SAQUET, 2013, p. 21).

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e aprender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (SAQUET, 2013, p. 24).

Para Dematteis (2013, p. 8), o conceito de fetichismo das mercadorias de Marx, impossibilitou que o território fosse tratado como um simples objeto material, levando a compreender “como as relações sociais de produção, as interações sociais que se estabelecem no espaço em escalas diferentes. Dessa forma, a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial (...)”. Para este autor, o território “resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais” (DEMATTEIS, 2013, p. 8).

Dematteis (2013, p. 8) ao falar de “territorialidade ativa”, compreende esta como um “processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, através do que se realiza a grande diversificação cultural da humanidade e das

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 001, através de acordo com a Fundação Araucária.

paisagens”. Essa reflexão nos remete aos conceitos de trabalho e metabolismo social de Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2017, p. 255).

Dentro dos estudos agroecológicos, ideia muito similar pode ser concebida a partir do conceito de coevolução (GUZMÁN, 2001, 2011; NORGAARD, 1989; GOMES, 2005): o ser humano alterando a natureza e a natureza o ser humano de forma recíproca, continuamente. Com isso, construindo agroecossistemas, territórios distintos, conforme as diferentes formas do ser humano se relacionar entre si e com a natureza, no decorrer histórico. Nesse sentido, é possível identificar diferentes formas de “territorialidade ativa” (DEMATTEIS, 2013), quando comparamos as formas que o campesinato e os latifundiários/capitalistas trabalham, fazem uso da terra, se relacionam com a natureza.

A história do acesso e uso da terra no Brasil já foi amplamente estudada e documentada (WELCH *et al.*, 2009; GARCIA JR, 1989; LINHARES e SILVA, 1981; MARTINS, 1981; QUEIROZ, 1973; SANTOS, 1978; WOORTMAAN e WOORTMAAN, 1997; dentre tantos outros estudos), embora, ainda haja muito estudo a ser feito. E diversas pesquisas apontam um campesinato que sempre resistiu, buscando manter sua terra de trabalho e de vida (seu território), produzindo alimentos, para o consumo e venda, com base no diálogo e respeito com o meio ambiente. Contudo, a ganância e a busca do lucro desenfreado das elites nacionais e internacionais, sempre apoiadas pelo Estado, geraram diversas estratégias para privar o campesinato de suas terras, de seus meios de trabalho, mantendo essa população cativa, aos desígnios dessa elite, de acumulação de capital.

O projeto de agricultura das grandes empresas, dos grandes proprietários de terra não é um projeto de sustentabilidade. Ao contrário, é um projeto comprometido com as grandes multinacionais, de manutenção da dependência do consumo de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e sementes transgênicas, a serem utilizados em grandes extensões de terra no cultivo de monoculturas voltadas para a exportação (ALTIERI, 2012; DELGADO, 2012). Esse pacote agrava cada vez mais as condições ambientais, econômicas e sociais do país e do planeta como um todo (ALTIERI, 2012), e tem se apresentado como projeto de modernização e desenvolvimento para o país, ao mesmo tempo em que, invisibiliza, desvaloriza e desqualifica, outras formas de produzir alimentos, conhecimento e cultura, dos diferentes povos do campo, da floresta e das águas (SHIVA, 2002; PLOEG, 2008).

Como contraponto a essa corrente, temos as lutas de diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009) do campo, sobretudo, dos que se originaram na década de 1980 e estão ativos, até hoje, na busca da construção de uma sociedade mais justa. Dentre esses movimentos, temos o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que, apesar de ter se formado em 2004, é a unificação de diferentes organizações que tiveram suas origens na década de 1980. Em suas pautas, desde o início, esteve a preocupação com formas sustentáveis de produção de alimentos, que é a base da forma de se fazer agricultura do campesinato (TOLEDO, 1993), que estava/está sendo perdida com o avanço do capitalismo no campo, em nome do “progresso” e “modernização”. Como forma de resistência, as mulheres têm conservado manejos sustentáveis na produção de alimentos, garantindo a soberania e a segurança alimentar de suas famílias e comunidades (SHIVA, 2002; HOWARD, 2003). Além disso, a característica marcante do MMC é o fato de ser um movimento autônomo de mulheres que traz à tona discussões que antes eram invisibilizadas por nossa sociedade patriarcal: a situação das mulheres no campo, as violências, as opressões e as explorações sofridas por elas.

Defendemos aqui que o MMC se caracteriza como um movimento socioterritorial como definido por Fernandes (2005) e Pedon (2009), pois, em suas lutas, busca a conquista de diferentes territórios<sup>2</sup> (terra, política, conhecimento, corpo<sup>3</sup> etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc.

Dentro das discussões da agroecologia, nos estudos acerca da relação da agricultura familiar e camponesa com a natureza e sociedade, Petersen *et al.* (2017) definiram o agroecossistema<sup>4</sup> como território base para esses estudos. Contudo, dentro dos agroecossistemas, temos outros territórios (com diferentes intencionalidades) em seu interior, formados a partir das relações de poder internas de cada família/comunidade: conflitualidades de gênero e geracional. Por exemplo: as pesquisas indicam os quintais produtivos e hortas como território predominantemente das mulheres. Os quintais produtivos/hortas são configurados a partir de diferentes relações de poder, de diferentes intencionalidades

---

<sup>2</sup> Fernandes (2005) afirma que: “Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento” (p. 28).

<sup>3</sup> Todavia, neste artigo não avançaremos na discussão sobre corpo-território. Neste trabalho, como apresentamos mais elementos relacionados à luta pela terra, o espaço para discutir o tema corpo-território seria muito limitado.

<sup>4</sup> “Definido como um ecossistema cultivado, socialmente gerido, o agroecossistema é a ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social. Esses processos podem ser descritos e analisados por meio de fluxos econômico-ecológicos (...)” (PETERSEN *et al.*, 2017, p. 29).

(produção para o autoconsumo, produção de plantas medicinais para o cuidado da família, criação de espaços de sociabilidade/lazer, espaço de experiências agrícolas, banco de germoplasma etc.). Homens e mulheres ao trabalharem em espaços diferenciados desenvolvem práticas e saberes diferenciados (PFEIFFER e BUTZ, 2005). Assim como, desenvolvem sensibilidades, percepções e intencionalidades, igualmente, diferenciadas (HOWARD, 2003).

No presente artigo, o foco será apresentar a dimensão histórica da criação e territorialização do MMC em MG e de suas lutas. Primeiramente, abordaremos a luta pela terra de trabalho e de vida. Posteriormente, falaremos sobre o processo de conscientização das mulheres, do surgimento da necessidade da construção de um movimento que visibilize suas lutas, que evidencie as opressões e explorações específicas sofridas por elas, em uma sociedade não só capitalista, mas também patriarcal. Sendo assim, suas bandeiras de luta desde o início já indicam o território diferenciado no qual as mulheres atuam dentro das unidades familiares: o território dos cuidados. É a luta pela previdência social, pela saúde, pela produção de alimentos saudáveis visando a segurança alimentar, pelo fim das violências contra as mulheres. A seguir, apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

### **Procedimentos metodológicos**

Este artigo é fruto de uma pesquisa maior de tese de doutorado, em andamento, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), da UNIOESTE, de Marechal Cândido Rondon/PR, sob orientação do Prof. Dr. Rosalvo Schütz.

Para a realização dessa pesquisa, partimos de uma base epistemológica e metodológica materialista histórico dialética (ancorada, sobretudo, na obra de Kosik, 1969). Foram utilizados os métodos de procedimento da história de vida (SILVA *et al.*, 2007; PAULILO, 1999) e observação participante (MARCONI e LAKATOS, 2017). A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas e observação participante. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as observações registradas em diário de campo, para posterior análise de dados. No total, foram realizadas oito entrevistas individuais, com camponesas do MMC de MG dos municípios de Governador Valadares e Frei Inocência. A observação participante foi feita durante o Encontro Estadual do MMC MG, que ocorreu no município de Governador Valadares (GV), nos dias 9 e 10 de setembro de 2019, com mais de 20 camponesas de diversos municípios do Vale do Rio Doce. Também foram feitas visitas ao Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Governador Valadares (STR-GV), e conversas com os integrantes do mesmo.

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa: os conflitos no território do Vale do Rio Doce entre posseiros e latifundiários pelo acesso à terra, a organização da luta neste

território, a organização das mulheres camponesas na década de 1990 até sua unificação ao MMC Brasil, em 2004.

### **Nas terras do rio sem dono**

A partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, a dimensão histórica é fundamental para a compreensão da configuração dos territórios, assim como, as relações sociais (SAQUET, 2013). Para compreendermos a história de como o MMC surgiu no estado de Minas Gerais é importante compreendermos as raízes da própria história da luta camponesa, da luta pela terra, na região do Vale do Rio Doce.

O Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais (MMC MG) irá se consolidar a partir das organizações político sociais que se desenvolveram no município de Governador Valadares/MG (GV) e região. Estudos revelam a ativa participação política das(os) camponesas(es) nas décadas de 1950 e 1960, tendo como um dos seus resultados a construção do Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Governador Valadares (STR-GV). Carlos Olavo da Cunha Pereira, em “Nas Terras do Rio Sem Dono” (1988), relata essas lutas. Seu livro é um depoimento de quem viveu e lutou pela reforma agrária, com forte atuação GV<sup>5</sup>. O autor era um jornalista que se interessava pelas lutas sociais das(os) camponesas(es) e operárias(os), trabalhando nas décadas de 1950 e 1960 na edição de um jornal chamado “O Combate” (em seu livro, ele o intitula como “A Batalha”), distribuído no município de GV e região (MELO, 2009). Este jornal “denunciava o latifúndio, a grilagem de terras, as mortes por pistolagem, as greves de trabalhadores urbanos e defendia abertamente a reforma agrária” (idem). Contudo, após o Golpe Militar de 1964, o jornal foi extinto e seus jornalistas perseguidos. Carlos Pereira foi condenado a oito anos de prisão por subversão, mas conseguiu fugir para o exílio na Bolívia, regressando ao Brasil apenas na época da anistia, em 1979 (Nosso Jornal, 2016).

Segundo Pereira, (Nosso Jornal, 2016), ele chegou em GV no ano da morte de Getúlio Vargas, 1954, quando tinha apenas 30 anos. “Naquela época, a terra passava por uma valorização rápida, devido ao cruzamento da rodovia Rio-Bahia e da ferrovia Vitória-Minas bem dentro de Valadares, e o Vale do Rio Doce se notabilizava pelos despejos cruéis dos posseiros feitos pelos grileiros” (Nosso Jornal, 2016). As histórias presentes no livro são relatos de experiências presenciadas pelo autor, na sua cobertura constante das diversas injustiças e crimes, que eram cometidos contra as(os) camponesas(es) daquela região.

Nas duas primeiras partes do livro, o autor relata a história de uma família nordestina que saiu em busca de terras para viver e trabalhar. Quando chega na região do Vale do Rio

---

<sup>5</sup> Este processo histórico é também, posteriormente, regatado e relatado, em partes, por José de Souza Martins (1983).

Doce, encontra o espaço ideal para ir construindo sua terra de trabalho e de vida, seu território e territorialidades. As condições eram muito inóspitas, muitas(os) filhas(os) pequenas(os) não conseguiram sobreviver àquela situação. Mas, por fim, após anos de muito trabalho e sofrimento, essa família conseguiu se estabelecer, construir uma casa e produzir o suficiente para o autoconsumo e venda. Nessa trajetória, muitas outras famílias também ocuparam as terras do Vale do Rio Doce, através da *posse* e, após alguns anos de trabalho nas terras, conseguiram sua regularização oficial.

Contudo, após algumas décadas, com a valorização dessas terras pelos investimentos do Governo Federal em rodovias, ferrovias etc., fazendeiros começaram a se interessar por elas e passaram a criar meios de se apoderarem das mesmas. Como elucidado Saquet (2002, p. 20)

A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais.

Pereira (1988) relata um esquema no qual uma pessoa, dizendo ser funcionário público que estava demarcando as terras, colhia assinaturas dos camponeses (que, em geral, eram analfabetos). Essas assinaturas, no entanto, eram para transferir as terras para o nome de um determinado fazendeiro. Passado um tempo, iniciam-se os despejos. Famílias que estariam há mais de 30 anos nessas terras, foram despejadas. Todavia, não sem conflitos. A resistência das(os) camponesas(es) levou a diversas violências por parte dos fazendeiros: ameaças de morte aos familiares, incêndios nas terras e casas das(os) camponesas(es) etc. As(os) camponesas(es), por sua vez, se rebelaram e chegaram ao ponto de assassinar um fazendeiro. Este desfecho levou à prisão de um deles e, por fim, a sua morte na prisão.

Enquanto os posseiros – analfabetos em sua maioria – cuidavam apenas de cultivar o solo, nada entendendo do que fosse legalizar suas glebas, o grileiro sabido vinha bem apetrechado para a luta. Com dinheiro muito para mover a seu bel-prazer os caros cordões da Justiça e da advocacia administrativa que povoa os corredores da secretaria de Agricultura do estado; dispendo de chefes políticos e deputados para o tráfico de influência; contando com autoridades policiais prestimosas como se fossem jagunços fardados; com a pobre imprensa interiorana coagida ao silêncio pelo medo às ameaças, os grileiros tiveram campo livre para o assalto às terras dos posseiros (PEREIRA, 1988, p. 83).

Podemos identificar a multiescalaridade (SAQUET, 2013) na configuração do território do Vale do Rio Doce, devido à interferência ativa do Estado nos processos de despejo do campesinato de suas terras atuando, com isso, na transformação das territorialidades locais: “E o lavrador despejado, das duas uma: acorre às cidades como favelado ou resigna-se à ‘meia’ ou à ‘terça’, colônio nos espaços livres da lavoura, formando pastos para os “orelhudos” do fazendeiro (PEREIRA, 1988, p. 84). De lavradores(as) livres,

agora, esses sujeitos terão que se submeter a diferentes processos de exploração afetando sua relação com o território: já não há mais autonomia para cultivar a terra com seus saberes, para seus fins específicos, com seus manejos tradicionais etc. A desterritorialização do campesinato, por sua vez, não leva a transformações apenas na vida dessas famílias de forma isolada, é um processo que afeta a sociedade como um todo, já que ocorrem mudanças produtivas no uso da terra e nas relações sociais: diminuição da produção de alimentos diversificados, degradação do meio ambiente, êxodo rural, desemprego etc.

Os “orelhudos” (o gado) ainda estão presentes e as consequências de sua larga presença é perceptível hoje, por imagens de satélite<sup>6</sup>. Como Pereira (1988) relata, a concentração de terras pelos fazendeiros só aumentava, contudo, não pela “ineficiência econômica” das(os) camponesas(es), não pela falta de um saber técnico e, muito menos, pela vontade desses sujeitos de saírem do campo e “terem uma vida melhor na cidade moderna”.

(...) no Rio Doce há um processo constante e nítido de concentração da propriedade da rural. É a substituição da pequena gleba lavourista do posseiro pelo latifúndio da pecuária extensiva do fazendeiro. (...) através da grilagem de terras, da espoliação do posseiro, do despejo violento de milhares e milhares de famílias de pequenos lavradores, gerando um drama humano doloroso, criando um problema social agudo, gestando a revolução (PEREIRA, 1988, p. 84).

Uma vez que, essas(es) camponesas(es) são expulsas(os) de suas terras precisam se submeter ao assalariamento ou sistema de “meia”/“terça”<sup>7</sup>. Nesse contexto, com pouca ou nenhuma terra, tornou-se inviável (ou muito pouca) a produção para subsistência e, sobretudo, para à venda. Em nossas entrevistas com as camponesas do MMC MG, encontramos relatos similares ao mencionado por Pereira (1988). Maria de Roma, nascida em 1973, narra a história de sua infância e do trabalho que realizavam. Sua família possuía um sítio em Alpercata (a 25 km de GV), cuja a área era muito pequena para produzir. Sendo assim, eles sempre tiveram que trabalhar em outras terras para conseguir o sustento próprio. O sistema em que eles trabalhavam era o da “terça”. Como o objetivo do proprietário da terra era abrir a área para a formação de pasto, o pai de Maria de Roma tinha de derrubar a mata para, depois, a família toda trabalhar no plantio. *“Ele fazia a derrubada da mata. Ali plantava dois ou três anos. Já tinha um acordo, você fica ali dois anos, planta e depois você planta braquiária pra mim. Aí depois dentro da fazenda ele dava outro pedaço. A vida do meu pai era fazer aquilo, a gente via ele sofrer”* (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Neste relato, evidencia-se a perda de autonomia do campesinato no manejo/uso do território,

---

<sup>6</sup> Qualquer busca rápida em programas como *Google Earth* ou *Google Maps* sobre a região, evidencia a quantidade imensa de voçorocas que corroem os solos, tornando-os impróprios para qualquer tipo de produção/criação.

<sup>7</sup> No sistema de “meia”: o proprietário da terra cede a terra para o plantio, e o agricultor entra com as sementes e mão de obra, no final, cada um fica com metade do produzido. No “terça”: o proprietário entra com a terra e sementes, e o agricultor com a mão de obra. No final, o proprietário fica com dois terços da produção e o agricultor com um terço.

a sua relação com ele passa a ser tutelada de fora, assim como, a mudança no uso da terra: de plantio diversificado de alimentos, para a produção de pasto.

Como o objetivo do fazendeiro era a formação de pasto, chegou um tempo em que toda a floresta já havia sido derrubada. Com isso, não havia mais trabalho para eles naquela terra. Dessa forma, o seu pai precisou procurar trabalho na área urbana de GV. “*Meu pai fazia 25 ou 30 km de bicicleta pra trabalhar em GV. Ele ia e voltava. Saía às 3hs da manhã e chegava às 22hs. Fez isso por 6 anos*” (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Com o pai trabalhando fora de casa, a família continuou trabalhando no campo, fazendo serviço em terras de outras pessoas, como assalariados(as). Os irmãos homens foram crescendo e se mudando também para GV, em busca de trabalho assalariado, deixando o trabalho no campo, para os que ficavam, cada vez mais árduo (mulheres e crianças pequenas). E, dessa forma, com a população saindo do campo, a produção de alimentos na região decrescia, cada vez mais<sup>8</sup>.

Governador Valadares já foi empório de exportação de feijão, milho e até arroz. Hoje, importa feijão do Rio Grande do Sul e Paraná, arroz do Maranhão, milho da Bahia e até tomates de São Paulo. E todos enxergam que isto se dá porque o latifúndio está no lugar do posseiro, o colônião onde era a lavoura (PEREIRA, 1988, p. 85).

Em outra entrevista, realizada com camponesa do MMC, Dona Belinha, as informações também coincidem. Ela nasceu e vive até hoje na comunidade do Córrego dos Prazeres (a 52 km do centro de GV). Ela informa que essa comunidade foi formada através do *posseamento* de terras que, posteriormente, foram legalizadas. Dona Belinha conta que a produção era abundante e diversificada: milho, feijão, arroz etc.

*Nossa, colhia arroz de mais! Daqui saía caminhões de arroz. Antes do povo desmatar os trem, aqui dava muito alimento uai. Papai vendeu a parte dele, aí o povo desmata tudo, acaba com tudo, aí atrapalhou. Porque arroz só dá no brejo, terra molhada. Agora não tem mais* (Dona Belinha, Governador Valadares, 2019).

Essas terras que produziam muito alimento, hoje, pertencem a fazendeiros que desmataram para a criação de gado. O que, antes, era um ambiente propício para o cultivo de arroz, não tem mais condições para a realização dessa produção, devido à diminuição de água no local. Nesse sentido, aqui vemos como, não só a mudança de foco no uso do território (de produção de alimentos diversificados para cultivo de pasto) levou à diminuição da produção de alimentos, mas como o impacto ambiental gerado por essa nova forma de uso do território inviabiliza as antigas formas de produção de alimentos (aqui, no caso, devido à desertificação).

---

<sup>8</sup> Aqui evidencia-se outro elemento da desterritorialização do campesinato, que impacta a sociedade como um todo: a diminuição da produção de alimentos.

Nesse sentido, percebemos como o campesinato e o latifundiário possuem processos distintos de “territorialidade ativa” (DEMATTEIS, 2013) ou coevolução com a natureza no processo de trabalho, já que são guiados por valores e interesses/intencionalidade diferentes: para o primeiro é terra de trabalho e de vida, logo, é importante conservá-la (WOORTMAN e WOORTMANN. 1997), para o segundo, é terra de negócio, de acumulação de capital, um mero recurso a ser explorado e dominado (SHIVA, 2002).

No Encontro Estadual do MMC MG pudemos ouvir relatos de estratégias de expropriação do campesinato de seu território, através das histórias narradas pelas camponesas. Em um deles, uma camponesa, que nasceu e se criou na região de Teófilo Otoni/MG, informa que nos municípios daquela região, por lei, era obrigação de cada proprietário de terra fazer uma parte das cercas que delimitariam o espaço de terra pertencente a cada um. Contudo, na época, os únicos que tinham condições de fazer as cercas eram os fazendeiros. Os(as) camponeses(as) não tinham recursos financeiros para a construção das cercas.

*Inclusive tinha uma cidadezinha chamada Feixes, essa cidade foi acabada assim. Tinha uma comunidade quilombola, uma igreja e uma escola. O pequeno produtor não tinha como fazer cerca, o fazendeiro vinha em Teófilo Otoni comprava os cimentos e fazia [parte das] as cercas. O fazendeiro soltava o gado, ele [camponês] vinha aqui, plantava feijão e o arroz, e [o gado] comia tudo a lavoura dele (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).*

Com o gado dos fazendeiros comendo toda a produção dos(as) camponeses(as), estes(as) ficavam sem ter o que comer, vender. “Quando vinha para Topázio, com o delegado, o delegado dizia assim: ‘mas você fez a sua cerca?’ ‘Então você não tem direito de reclamar porque você não fez a sua cerca’”. Após um tempo, vivendo nessa situação, o fazendeiro oferecia uma quantia muito baixa pela compra das terras dos(as) camponeses(as). E estes(as), sem ver alternativa, vendiam suas terras a preços muito baixos.

Outro relato, sobre expropriação de terras, foi feito por uma integrante do MMC que é quilombola.

*Eu nasci a vida inteira nesse quilombo e minha família veio, foram os primeiro habitantes, tem história da chegada deles (...), que foram os primeiros que morou mesmo no (...). E essa terra quando chegou um grupo aí, os coronéis, matou muito a minha família, muitos mesmo. Nós ficamos em um burquinho, num pedacinho de terra. Aí foram roubando, matando, matando, aí ficou, hoje nós vivemos em uma comunidade (...), num lugar que eles conseguiram empurrar o resto dos negros né?! (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).*

A terra que lhes restou foi tão pouca que seus pais tiveram que começar a trabalhar para esses fazendeiros. Além disso, essa terra, frequentemente, era invadida pelo gado dos fazendeiros, destruindo a plantação dos(as) camponeses(as).

*Então, meu tio plantou muita roça, e nós também plantamos, um tantão de milho, aí chegou um dia, eu fico um pouco emocionada, chegou um dia, que nós vimos assim a nossa terra, a nossa roça né?! ... o boi comeu num dia só, sabe?! Aí nós ficamos pegando restolho, nós ficamos pegando restolho daquilo, aquilo me deu tanta revolta, nós ficamos tão revoltados, que por isso eu comecei na luta pela terra, eu comecei, com 16 anos eu já estava entrando nesse trem aí, brigando* (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Até aqui falamos de uma situação comum ao campesinato em geral, na região do Vale do Rio Doce. Contudo, olhar apenas para a luta de classes pode levar a certa romantização do campesinato. Como se este fosse livre de contradições e conflitualidades internas. A luta das mulheres camponesas denuncia que não é. Dessa forma, além da luta contra o avanço do capitalismo no campo, as mulheres precisavam lutar contra as relações patriarcais que vivenciam no interior de suas comunidades e família. Sobre este tema, as camponesas abordaram algumas situações que vivenciaram, presenciaram, em suas trajetórias de vida.

Até muito recentemente, a visão dos pais era a de que as mulheres não deveriam estudar. A fala do pai era a seguinte: *“pra cozinhar, lavar e passar, não precisa saber ler!”*. Dessa forma, os filhos homens estudavam e as filhas mulheres aprendiam os afazeres da casa, não aprendendo muitas vezes, a escrever o próprio nome. Além disso, o que mais de uma camponesa relatou no Encontro citado, foi que era muito comum o pai “vender” a filha. O termo correto utilizado na época era o de “combinar”. O pai combinava de entregar a filha em troca de um cavalo, uma quantidade de mandioca etc. Era assim que os casamentos na época eram arranjados, com base em trocas realizadas pelo pai da moça com o futuro marido. *“O meu tio também aqui de Novo Oriente, também a minha sobrinha foi vendida, por um pedaço de mandioca e uma mula, meu tio vendeu. O pai vendia achando que era isso mesmo que tinha que fazer e as filhas iam porque achavam que era isso mesmo”*<sup>9</sup> (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Como relataram as camponesas, a situação de expropriação das terras dos(as) camponeses(as) era um processo muito mais difícil para as mulheres. Pois, ou os(as) camponeses(as) que resistem ficam isolados(as) nos territórios de resistência, ou migram para os centros urbanos tendo que se assalariar. Se eles(as) migram, a mulher tem mais dificuldade em se adaptar, pois ela não foi alfabetizada, socializada para se envolver em

---

<sup>9</sup> Aqui valeria um aprofundamento do conceito corpo-território para compreender mais afundo a situação das mulheres. Seu corpo é a sua primeira experiência de desterritorialização dentro da cultura patriarcal, ele não lhe pertence e é manejado pelos homens como um mero recurso a ser utilizado, trocado etc.

assuntos públicos. E, sobretudo, ela sofre o processo de isolamento, pois na cidade não terá mais a companhia de outras mulheres camponesas. Mas, este mesmo processo de isolamento, também pode ocorrer se ela permanecer no campo, pois muitas famílias passam a migrar devido a todas as condições expostas anteriormente.

*Por que naquele tempo era comunidade aqui, comunidade ali, que se reunia. As mulheres se reuniam para rezar. As mulheres parteiras, se encontravam, faziam seus chás, trocavam experiências, uma ajudava a outra, quantas pessoas ficavam de cama e juntava ali e faziam os remédios. Era assim que as pessoas viviam. Vivia da natureza e nessa época, que o latifúndio foi chegando e empurrando, foi tirando as pessoas de suas propriedades (...)* (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Esta fala revela a tessitura do território forjada pelas mulheres: suas redes de solidariedade, propiciando fluxos de afetividade, de ajuda mútua e reciprocidade, no enfrentamento das dificuldades enfrentadas no dia a dia do lugar (SAQUET, 2002). Com o êxodo rural essas tessituras foram se desfazendo, as redes e fluxos se enfraquecendo e as mulheres se isolando, cada vez mais. E, com isso, conforme conta a camponesa, vem a solidão. “*Quantas e quantas e quantas mulheres que morreram de depressão. Muitas mulheres! A minha vó morreu de depressão (...) morreu de depressão por ser expulsa da terra*” (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Esses relatos, das mulheres camponesas de MG, corroboram com a história narrada por Pereira (1988), da situação de violência e expropriação do campesinato de seu território durante todo o século XX. É a partir dessas situações que as(os) camponesas(es) sentem a necessidade de se organizarem para lutar pelo o que lhes é de direito: a terra de trabalho, a terra que é morada da vida e as mulheres, especificamente, também contra as situação de opressão e exploração de gênero, mencionadas anteriormente. A seguir, adentraremos na discussão sobre a organização dessas lutas.

## **A organização da luta**

Aquelas forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as *novas* territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital. Por isso, é necessário contextualizar esses processos (*des* e re-territorialização) em cada momento/período e lugar, no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização, ou, de *des-re-territorialização* como afirma Haesbaert (1997) (SAQUET, 2002, p. 23).

Quando o campesinato é desterritorializado, ao mesmo tempo, ele re-territorializa-se em outro lugar: seja o espaço urbano, seja no espaço rural, em outras condições de vida e de trabalho, contudo, ele não deixa de existir. E nesses novos territórios ele pode se organizar e lutar pela reconquista de suas terras e modo de vida.

A violência cometida contra (as)os posseiras(os), camponesas(es), teve como resposta a organização desses sujeitos para a luta pelos seus direitos. A organização da luta, na região do Vale do Rio Doce, é exposta por Pereira (1988) na terceira parte de seu livro. Segundo o autor, despejos “gigantescos” começaram a ocorrer a partir da década de 1940 na região do Vale do Rio Doce. Um lavrador que perdera suas terras para uma hipoteca do Banco do Brasil, Fidelino Ayres Torrado, conseguiu fundar um Sindicato de Trabalhadores Rurais que em pouco tempo já contava com mais de mil associados. Em 1955, este sindicato convocou uma grande manifestação em favor da reforma agrária e a resposta foi: “(...) aviões enviados do Rio pela Cruzada Brasileira Anticomunista, do almirante Pena Boto, despejaram boletins nas cidades (...) contra “o comunista Fidelino e sua reforma agrária vermelha”. Não adiantou. No dia marcado, mais de 10 mil camponeses se acotovelaram na praça da estação” (...) (PEREIRA, 1988, p. 85).

O lema dessas(es) camponesas(es) era “*Queremos Terra para Fazer Fartura*”. Todavia, logo foram reprimidas(os), o sindicato fechado e seu líder teve que fugir para outro estado. Passado um tempo, surgiu outra liderança no município: filho de posseiros despejados que se tornara sapateiro na cidade. Em um determinado momento, ele decide criar um sindicato de sapateiros. Contudo, começou a se envolver nas discussões sobre a reforma agrária, que tomava conta do país na década de 1960. Sobretudo, com a entrada de João Goulart na presidência (1961-1964). Este sujeito, no livro de Pereira (1988), é chamado de Titão, mas na realidade, seu nome era Chicão, fundador do Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Em pouco mais de um mês já tinha mais de 2 mil associados e outros sindicatos foram organizados em mais seis municípios da região. “Até operários apareciam, perguntando se podiam se inscrever ‘porque se a reforma agrária vier mesmo, eu largo a profissão e vou trabalhar meu pedaço de terra’” (PEREIRA, 1988, p. 97).

A partir de muitas discussões e organização das(os) camponesas(es) da região surge a ideia de realizar um plano piloto de reforma agrária na fazenda do Ministério em Governador Valadares. Essa fazenda pertencia ao Governo Federal. O local estava abandonado e os recursos investidos estavam deteriorando ou sendo saqueados por fazendeiros locais. Nessas terras seria possível assentar 300 famílias, em lotes de até 10 hectares. “(...) Titão chegou de sua viagem até Brasília, trazendo – conforme prometera – a palavra do ministro da Agricultura e do presidente da República, de que a fazenda federal seria mesmo entregue ao sindicato para o Plano Piloto de Reforma Agrária (PEREIRA, 1988, p. 131). Dessa forma, foi feita uma convocação de todos os associados para uma grande assembleia na qual essa notícia seria divulgada e debatida.

Contudo, essa organização das(os) camponesas(es) não passou despercebida dos coronéis e fazendeiros da região que começaram a se organizar formando milícias<sup>10</sup>. Pereira (1988) relata que a assembleia não pôde ocorrer pelo risco de um conflito sério entre fazendeiros e camponeses(as). No dia marcado, as milícias rodearam o espaço no qual ocorreria a assembleia em permanente ameaça de embate físico. E, uma vez consumado o Golpe Militar em 31 de março de 1964:

(...) a cidade e região amanheceram sob o império das milícias de Tetro Barreira. Ficou sendo ele a autoridade suprema e incontestável. (...) Resultado disto foi um espetáculo de violência jamais visto naquelas paragens, nem de longe igualado pelos mais célebre despejos de posseiros do passado. Primeiro, foi a destruição pura e simples de todas as sedes de sindicatos de lavradores com todos seus documentos e pertences. Detiveram e espancaram quanto líder camponês lhe caísse nas mãos, existindo muitos até hoje desaparecidos (...) (PEREIRA, 1988, p. 175).

Por um período, GV ficou sem sua base de organização popular. Mas, posteriormente, o sindicato ressurgiu. Primeiramente, como um órgão frágil, pouco combativo. Contudo, na década de 1980, a nova diretoria que assume (conforme relata José Matilde, que fez parte deste processo e hoje é integrante da direção do sindicato) busca resgatar a linha de ação do sindicato em suas origens. Sendo assim, logo se alia e apoia diversos movimentos socioterritoriais, contribuindo para a sua territorialização no Vale do Rio Doce. Além do MST, MPA, como veremos, o próprio MMC.

Com o apoio do STR-GV, o MST iniciou as primeiras ocupações na região e efetivaram a luta iniciada pelos(as) filhos(as) dos posseiros(as) despejados(as): a conquista das terras da Fazenda do Ministério, construindo um dos primeiros assentamentos de reforma agrária da região: o Assentamento Oziel Alves Pereira. Os(as) primeiros(as) posseiros(as), que trabalharam duro na construção de sua terra de trabalho e de vida, não puderam deixar essas terras de herança para seus filhos(as), mas lhes deixaram a memória. Esta, fazendeiro, grileiro, coronel algum pôde lhes arrancar. E como finaliza Pereira (1988, p. 176) seu livro: “aqui chega ao fim o nosso testemunho. Fica e continua o do povo. E a memória do povo é do tamanho do mundo”.

No Encontro Estadual do MMC MG uma das camponesas, ao relatar a sua história, trouxe também diversos elementos da própria história da formação do Assentamento Oziel, hoje, local de moradia e trabalho de muitas camponesas que fazem parte do MMC MG. A camponesa que era sem terra, lembra que em 1987 já ocorriam reuniões em igrejas e sindicatos sobre o tema da reforma agrária, nas quais ela ainda jovem participava. A primeira ocupação realizada pelo MST no estado de MG ocorreu no município de Novo Cruzeiro, na fazenda Aruega. Ela tinha apenas 13 anos e participou dessa ocupação. “*Lá nós ficamos por*

---

<sup>10</sup> Como o Governo Federal, naquele momento, estava decidido em realizar a reforma agrária, as pressões dos coronéis contra o governo não estavam surtindo efeito. Dessa forma, além de se aliarem aos militares, que estavam arquitetando o golpe, eles criaram grandes milícias para perseguirem as(os) camponesas(es) organizadas(os).

*3 anos, com muita perseguição. Na época, já pensou? Os sem terras ocupar uma fazenda? Na época era UDR, a opressão era muito forte*” (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019). A terra conquistada naquela fazenda era pouca para todas as famílias que participaram da luta (300 famílias), com isso, apenas 25 famílias foram assentadas. As famílias restantes se distribuíram pelo estado de MG, em outras ocupações de terras.

Em 1993 ocorreu a primeira ocupação da região do Vale do Rio Doce, no município de Tumiritinga/MG (a fazenda Califórnia se tornaria o Assentamento 1º de Junho). Os pais dessa camponesa foram assentados nessas terras e ela continuou na luta, pela sua terra própria. Em 1994, 240 famílias ocuparam as terras da antiga Fazenda do Ministério (história relatada anteriormente). Essas famílias foram despejadas duas vezes até que decidiram fazer um ato que chamasse atenção da sociedade: uma marcha, a pé, até Belo Horizonte<sup>11</sup> (uma distância de 300 km). Contudo, quando elas(es) chegaram no município de Santa Luzia (17 km do centro de Belo Horizonte), a polícia havia feito um bloqueio. Ela afirma que, segundo a mística do MST, as(os) sem terra entravam nos locais com as suas ferramentas de trabalho (foice, enxada etc.). E a polícia disse a elas(es): “*se vocês entrarem com as ferramentas, vocês vão apanhar muito*”. Contudo, a decisão das(os) camponesas(es) foi a de não abandonarem sua mística e continuaram avançando com suas simbologias<sup>12</sup>. Após esse conflito e, devido também à grande repercussão que teve o massacre dos sem terras em Eldorado dos Carajás/PA, em 1996, a Fazenda foi liberada para a reforma agrária, formando-se, assim, o Assentamento Oziel Alves Pereira (nome dado em homenagem a um dos jovens que morreu no massacre no Pará).

Maria de Roma também fez parte desse processo histórico. Como foi relatado, sua família vinha de um histórico de exploração, vivendo sob o sistema de “terça” para poder sobreviver. Na década de 1990, Maria de Roma estava em Belo Horizonte e seu pai trabalhando em GV. Seu pai sempre teve o sonho de voltar a trabalhar no campo e, por isso, mantinha uma relação frequente com o STR-GV. Nesse período, o Sindicato começou a apoiar a vinda do MST para a região do Rio Doce. E, com isso, planejaram a ocupação do hoje Assentamento Oziel. “*E foi batata! Lá eles falaram que iam ocupar o Oziel. E meu pai disse, nós vamos! (...) Ai falei pro pai, nós vamos voltar a nossa luta do que tinha antes! Vamos trabalhar no que é nosso!*” (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Logo que os lotes foram divididos, elas(es) passaram a produzir em abundância e a comercializar em 4

<sup>11</sup> Nesse momento, do relato da camponesa, foi muito interessante, pois duas outras camponesas, que vivem em municípios distintos, e que ainda não se conheciam, afirmaram que também estiveram lá, participando dessa marcha, em defesa da reforma agrária. A marcha ocorreu em 1996.

<sup>12</sup> “Eu já tinha visto tumulto de gente em jornal, mas ao vivo eu não tinha visto. Aquele monte de gente, impinchando em cima do outro, só via mulher gritar, quebrou minha perna (...), o compadre [pai da Maria de Roma], não quis entregar as ferramentas. Era a decisão da maioria, era a resistência. (...) bateu na cabeça dele e ele caiu, só via sangue” (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

feiras. “*Ai chegamos em nosso sonho realizado*” (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Esse relato evidencia a discussão abordada anteriormente sobre distintas territorialidades, processos coevolutivos entre natureza e sociedade, forjados por camponesas(es) e latifundiários (posteriormente, agronegócio). Quando o campesinato tem acesso à terra e condições para produzir, seu foco está na produção diversificada de alimentos, para o autoconsumo e venda, abastecendo a cidade com alimentos saudáveis. Já os latifundiários, no VRD, tinham como foco o desmatamento, formação de pasto para, exclusivamente, a criação de gado: desabastecendo as cidades e degradando o meio ambiente.

Embora Pereira (1988) não aborde a importância do trabalho das igrejas, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e as Pastorais da Juventude (PJ) para a organização social e política das(os) camponesas(es), no relato trazido pelas camponesas do MMC MG, esses espaços de discussões foram o início da organização e conscientização de muitas mulheres camponesas. Uma das camponesas do MMC MG afirma que foi a partir da década de 1970 que ela começou a vivenciar o processo de discussões políticas, quando iniciou sua participação em uma CEB. Nessa época começaram a vir muitos padres da França e da Itália para a região (Teófilo Otoni, Caratinga, Ipatinga etc.) que começaram a fundar as CEBs.

*Porque fundar as CEBs? Naquele tempo a opressão era tão grande, tão grande, que o povo, na realidade, toda a população foi se preocupar em se organizar junto com a Igreja, com os próprios padres, lendo o evangelho, a história de Moisés, a história de Moisés foi a que mais deu exemplo pra gente naquele tempo e a gente começou a se organizar. E a preocupação era o que? Era de sair dessa opressão que a gente vivia* (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

A partir das reflexões feitas nas CEBs, percebeu-se a importância da formação de sindicatos rurais. Posteriormente, das federações. E, por fim, a necessidade de um partido político que representasse a classe trabalhadora, do campo e da cidade.

*A gente pensava de que maneira a gente poderia avançar nessa mobilização se a gente só fundar Sindicato, movimentos sociais, sem ter uma representatividade na Câmara, então a gente começou a pensar que teria que fundar um Partido. E que Partido é esse? A gente começou a conversar o que faria. Essa questão do Partido dos Trabalhadores, do PT, foi pensado em conjunto a nível de Brasil, a gente fundou o Partido* (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Essa camponesa vivenciou todo esse processo e participou de todas essas discussões: das CEBs para os sindicatos, destes para as federações e, por fim, na discussão da fundação de um partido que representasse o povo. Mas, como mulher, ela percebia as limitações desse processo.

*Mas e aí? Quantas vezes a gente contava, assim, 30 homens, 2 ou 3 mulheres. Ou às vezes, 50 homens, 2 mulheres. E quantas vezes o homem*

*levantava e dizia “eu sou o José de tal e tal, e ela ali é minha esposa, fulana de tal”. Cadê a sua voz? Ele apresentava ela. Tirava o direito da mulher [se apresentar] (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).*

A partir disso, tanto ela como outras mulheres foram refletindo e se organizando até surgir a ideia da criação de uma equipe sindical feminina, para pensarem, justamente, na questão/situação sindical das mulheres trabalhadoras rurais. E isso foi algo que ocorreu por todo o país. Podemos perceber a importância desses pontos de resistência (nós) e organização nos lugares que, ao passarem a se articular com os pontos de resistência e organização de outros lugares (redes) vão criando tessituras, redes e fluxos, cada vez mais fortes e abrangentes, com maior capacidade de incidência política fazendo com que transformações se tornem possíveis nessas localidades. A seguir, adentraremos na discussão, especificamente, sobre a formação do MMC MG e perceberemos a importância da formação dessas redes para a consolidação das lutas locais.

## **A formação do MMC MG**

É possível identificar a formação de redes também na luta específica das mulheres do campo: é a partir das organizações nos lugares, articuladas entre si, que movimentos sociais mais amplos se tornam possíveis. Nacionalmente, as organizações autônomas ou mistas de mulheres do campo, que se formaram a maioria na década de 1980, criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) em 1995. O foco dessa articulação, como o nome já diz, é articular/unificar as lutas para que as discussões feitas em conjunto, entre as diversas organizações de mulheres, pudessem fortalecer a luta pelos direitos das mulheres no campo (MMC/SC, 2008).

Em GV, a organização de mulheres que irá fazer parte da ANMTR será o grupo de mulheres organizado a partir das discussões feitas pelo STR-GV. Essas discussões sobre os direitos das mulheres começaram a ser pauta do STR-GV a partir do momento em que uma mulher camponesa assume a presidência do mesmo em 1993, ou seja, dois anos antes da ANMTR ser consolidada. Martinha<sup>13</sup> é a camponesa que assume a direção do STR-GV e quem passará dar atenção especial à organização das mulheres do campo, em conjunto com outras camponesas que vão se tornando liderança na região.

*Ai eu comecei a puxar a discussão das mulheres. Às vezes nós íamos nas reuniões nas comunidades, às vezes nem espaço público tinha para reunir, a gente ia para as casas de associado. Chegava lá, geralmente, homem que recebia. Ai chegava eu e mais outras pessoas do Sindicato, mas só eu de*

---

<sup>13</sup> Martinha já vinha de experiências de discussões políticas através das CEBs, da Pastoral da Juventude (PJ) e do MST (ela participou da luta e da conquista da terra do Assentamento Oziel, local onde vive e produz, atualmente).

*mulher, aí chegava o dono da casa falava: “Oh Martinha, vai lá na cozinha, minha mulher tá lá fazendo café para nós”. Eu ia lá pra cozinha, conversava, chamava para a reunião. Ai eu coordenava. Assim, foi dessa forma bem sutil, que a gente foi começando a puxar a discussão, foi começando a fazer as primeiras reuniões de mulheres, a associar as mulheres (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).*

Nessa fala, Martinha explicita as conflitualidades de gênero quando as mulheres buscam ocupar espaços que historicamente lhes foram negados: a política. De forma muito espontânea, o camponês direciona Martinha para cozinha (tradicionalmente, território das mulheres), enquanto os homens assumem a sua função tradicional de ponte entre o privado e o público, realizando as discussões políticas. A dirigente, contudo, torna fluido o que era rígido mesclando território de mulher com território de homem: vai até a cozinha, mas não para cozinhar, mas para dialogar com a mulher e convencê-la da importância de que ela participe, também, das discussões políticas.

Em 1993, quando Martinha assumiu a direção, a pauta nacional de luta das mulheres do campo (embora elas, em MG, ainda não estivessem unificada na ANMTR) era pela consolidação dos direitos previdenciários conquistados na Constituição Federal de 1988. Com a eleição presidencial do candidato neoliberal, Fernando Collor, em 1992, seu governo não tinha intenções de regulamentar esses direitos. Dessa forma, as mulheres do campo tiveram que se mobilizar e fazer várias lutas (acampamentos, idas a Brasília, abaixo assinados etc.) para que, de fato, seus direitos passassem a ser colocados em prática.

Martinha, em 1992, estava presente na mobilização de mulheres em Brasília, para a regulamentação da Lei da Previdência Social (aposentadoria e salário maternidade).

*Eu fiz parte da equipe que ia entregar pro presidente do Congresso Nacional, na época era o Michel Temer. Nós levamos pacotes e mais pacotes de assinatura, milhões de assinaturas, para pressionar a regulamentação da lei. O reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural etc. Uma grande conquista. (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).*

A luta pela previdência social vinha junto com a luta pelo reconhecimento das camponesas como trabalhadoras. Pois, até então, elas eram designadas como “do lar”. A invisibilização do trabalho das mulheres tem grandes implicações materiais. Se a mulher não é reconhecida como trabalhadora, ela não tem acesso a direitos (aposentadoria, crédito etc.), assim como, seu reconhecimento como sujeito político se torna mais difícil. Todavia, a invisibilização das mulheres do campo era ainda maior, elas tampouco eram reconhecidas como cidadãs, sendo que, muitas não tinham nenhum tipo de documento pessoal. Dessa forma, a luta pela documentação da mulher do campo era uma das lutas prioritárias, pois sem documentos a mulher não poderia acessar nenhum outro direito.

A partir de 1994 começaram a ser acessados os primeiros salários maternidade, aposentadorias das mulheres rurais etc. Segundo Martinha, em GV ela foi a primeira mulher a requerer o salário maternidade no INSS. “*Então, assim, depois disso abriu as portas, e muitas muitas conseguiram. Com muita luta né?*” (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019). O encontro com Justina Cima (na época era integrante do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina), na luta pelo salário maternidade em Brasília, em 1992, contribuiu para o fortalecimento da organização das mulheres em MG<sup>14</sup>. Quando Justina foi para MG, ela levou a ideia da unificação e animou as mulheres a participarem no processo de construção do MMC. Com isso, a organização de mulheres do campo em GV foi crescendo e se desenvolvendo.

O trabalho de base era realizado não só em GV, mas em vários municípios no entorno, como: Alpercata, Frei Inocência, São Geraldo da Piedade, Marilac, Galiléia, Laranjeiras, Sobrália, Periquito e Açucena. Cada município tinha a sua liderança/coordenadora responsável por organizar as mulheres e os encontros. “*E era a discussão da autonomia mesmo, da autonomia da luta, da organização, do empoderamento das mulheres*” (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019). Nesses encontros eram abordados diversos assuntos.

*Entramos bem no básico, depois que fomos introduzindo a questão da violência, da sexualidade. A discussão era sobre a aposentadoria, documentação, eram temas que conseguiam mobilizar, mas reservava um tempo para falar de nós. E nós? Como é a nossa vida aqui na roça? A gente ia para as comunidades com essas perguntas. Qual a realidade? Como é a nossa vida? E essas coisas que acontece, vocês acham que é assim mesmo? Que pode ser diferente? E aí a gente ia. Aí depois juntava um grupo maior nos encontros do município, aí a discussão era maior* (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Este trabalho de base foi conseguindo, aos poucos, ir despertando a consciência e mobilizando diversas mulheres do campo para a luta pelos seus direitos. Em 2004, elas participaram do Congresso de fundação do MMC em Brasília. Em 2005, conseguiram realizar uma mobilização em GV com mais de 500 mulheres de GV e região. Nessa época, segundo Martinha, elas estavam fazendo uma discussão sobre: “*produção para nós é o que? Representa o que para nossas famílias e comunidades? O que que representa a participação das mulheres na produção, pro MMC?*” (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Em 2006, quando já estavam unificadas no MMC, Martinha relata que elas fizeram parte de um projeto dentro do Programa Território de Identidade do Governo Federal. Nesse projeto existiam atividades nas quais deveriam ser discutidos os temas de gênero, e o MMC MG assumiu essa tarefa, que envolvia a realização de encontros nos municípios e,

---

<sup>14</sup> As organizações de mulheres do campo, dos estados do Sul, estavam desde 1988 articuladas na luta através da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul) (MMC/SC, 2008).

posteriormente, um grande encontro regional com todos os municípios envolvidos. Além das discussões de gênero, também abordavam a discussão sobre a agroecologia.

*Nós tivemos no encontro municipal de Virgolândia, tinha uma companheira (...) que quando nós começamos o encontro, ela não conseguiu levantar a cabeça para falar o nome. Aí nesses encontros regionais eram dois dias de encontro, a gente reservava a noite pra terapias comunitárias. (...) Aí no encontro de fechamento, essa mulher que não conseguiu levantar a cabeça pra falar nome, quando começou o encontro estava aqui, de cabelo todo arrumado, de unha toda pintada, e toda arrumadinha, de batom e tal, numa alegria. E ela disse, “o Movimento de Mulheres, naquele encontro, transformou a minha vida”. Aconteceram muitas coisas boas que a gente acredita que fez diferença na vida de muitas mulheres na região. Inclusive na minha (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).*

Essa é uma das conquistas que o MMC MG trouxe para as suas mulheres: o resgate de sua autoestima, da confiança em si mesma, da autovalorização. A porta de entrada para todas as outras conquistas: políticas, econômicas etc. Martinha percebe que umas das maiores contribuições do MMC na vida das mulheres foi em relação ao empoderamento. Como vimos, a divisão sexual do trabalho e a cultura patriarcal é muito forte no campesinato, definindo de forma rígida o território da mulher que, no passado, encontravam forças nas suas relações com outras mulheres das comunidades. Com o avanço do capitalismo no campo, as comunidades foram se enfraquecendo, restando poucas famílias e as mulheres ficando, cada vez mais, isoladas. Isso impactou ainda mais em sua autoestima e autovalorização. Com o MMC, novas redes são tecidas, novas relações sociais entre mulheres que, unidas, se fortalecem mutuamente. Com isso, essas mulheres se conscientizam da importância de ampliar o seu território, de lutarem pelo reconhecimento de seu trabalho, de seus direitos e contra as diversas violências de gênero que sofrem. É a partir dessa autovalorização que as mulheres avançam para o território político, econômico etc.

*E a conscientização política avançou bastante. As mulheres tinham uma participação muito grande. Deu uma repercussão, companheiros partiram pra cima. E na minha concepção é por conta do trabalho que a gente fez. As mulheres começaram a ocupar os espaços. Espaços que até então só homens ocupavam (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).*

Em relação à produção das mulheres, o MMC MG contribuiu para a criação da Associação de Produção de Rosquinha das Mulheres da Cabeceira do Bugre e da Associação de Mulheres para a produção de doces de banana. Esta, por sua vez, fornece as cinzas para uma das camponesas entrevistadas, disponibilizando esse insumo para a produção de sua horta orgânica, que abastece as escolas municipais de GV. Nesse sentido, podemos perceber avanços, tanto no fortalecimento de autoestima, na conscientização e participação política mas, também, na organização produtiva que passam a fazer parte do MMC MG. Posteriormente, o MMC MG contribuirá para que as camponesas tenham conhecimento das

políticas públicas existentes, como PAA e PNAE, ou mesmo feiras locais, para a comercialização de sua produção. Este é o caso de Lucivanda que antes de conhecer o MMC MG, tinha uma vida cativa no lar, mas, assim que tem contato com uma dirigente em um posto de saúde, esse diálogo revoluciona sua vida. Uma das transformações que o MMC trouxe para sua vida foi sua independência econômica, ao começar a comercializar em feiras<sup>15</sup>.

Lucivanda é uma das camponesas que assumiu a liderança do MMC MG e tem dado continuidade ao trabalho de base. Hoje ela faz parte da coordenação nacional do MMC. Os trabalhos de base continuam em diversos municípios: Governador Valadares, Marilac, Periquito, Frei Inocência, Naque, São Geraldo da Piedade, Vespasiano, Mathias Lobato, Janpruca, Safira, Santa Maria do Suassui, Virgolândia e Tumiritinga. A seguir apresentamos um quadro síntese das lutas e instâncias organizativas abordadas neste artigo que, a partir da dimensão histórica, foram importantes para a criação e territorialização do MMC MG.

**Quadro 1: Lutas e instâncias organizativas mencionados no artigo, por período e governo presidencial<sup>16</sup>.**

<b>Instância</b>	<b>Período</b>	<b>Governo Nacional</b>	<b>Bandeiras de Lutas e Conquistas</b>
Criação do 1º Sindicato de Trabalhadores Rurais em GV	1955	Café Filho (PSP)	Reforma Agrária
Criação do Sindicato de Lavradores e Trabalhadores Rurais de GV	1961	Jânio Quadros (PTN) e João Goulart (PTB)	Reforma Agrária
Formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).	1975	Ernesto Geisel (ARENA)	A CPT atuou na luta pela Reforma Agrária, dos Atingidos por Barragens, pelos direitos humanos e na luta pela valorização e libertação da mulher camponesa.
Criação do Partido dos Trabalhadores (PT)	1980	João Figueiredo (PDS)	Demanda dos movimentos sociais: necessidade de representatividade política nos governos.
Fortalecimento do STR-GV	1980	João Figueiredo (PDS)	Nova direção do STR-GV volta a ser combativa e articula-se com movimentos sociais: MST, MAB e, posteriormente, MMC.
Criação dos Movimentos/organizações autônomos de mulheres do campo em diferentes estados	Década de 1980	João Figueiredo (PDS)	Diferentes bandeiras, conforme cada localidade. Mas, que articulavam: direitos das mulheres, luta pela constituinte, luta de classes etc.
Criação da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul – AIMTR-Sul	1988	José Sarney (PMDB)	Bandeiras de luta: Saúde, sexualidade, reconhecimento da profissão, produção, reprodução, gênero e as causas da violência contra as mulheres.
AIMTR-Sul em diálogo com STR-GV (MG)	Década de 1990	Fernando Collor (PRN)	Luta pela documentação pessoal e profissional. Reconhecimento da

<sup>15</sup> Devido a delimitação de espaço, não será possível avançar, neste trabalho, na discussão sobre a produção e comercialização atual das camponesas de MG.

<sup>16</sup> Apresentamos aqui apenas o que nossa pesquisa conseguiu captar de organizações e momentos chave que contribuíram para a organização da luta das mulheres camponesas de MG, até a formação do MMC MG (2004). Obviamente essa trama é muito maior, com outras instâncias, lutas, as quais a pesquisa não foi capaz de captar.

HISTÓRIA E LUTAS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE MINAS GERAIS

			condição de seguradas especiais, implementação da Previdência Universal e Solidária. Garantia de acesso a benefícios (salário maternidade, dentre outros). Direito a titulação da terra em nome da mulher.
MST	1993	Itamar Franco (PMDB)	1ª Ocupação do MST no Vale do Rio Doce Em Tumiritinga/MG. Formação do Assentamento 10 de Junho.
Formação do Grupo de Mulheres do Campo a partir do STR-GV, em MG	1993	Itamar Franco (PMDB)	Previdência Social, reconhecimento como trabalhadora rural, empoderamento da mulher do campo.
MST	1994	Itamar Franco (PMDB)	Ocupação da Fazenda do Ministério (GV) e Marcha para Belo Horizonte
AIMTR-Sul e outras organizações, como o STR-GV (MG)	1994	Itamar Franco (PMDB)	Conquista do Salário Maternidade e reconhecimento como trabalhadoras rurais.
Criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)	1995	FHC (PSDB)	Espaço de discussão, elaboração e unificação de lutas.
MST e STR-GV	1996	FHC (PSDB)	Formação do Assentamento Oziel Alves Pereira
ANMTR	1997	FHC (PSDB)	Campanha “Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural sem Documentos”.
ANMTR	2000	FHC (PMDB)	Intensificação do debate sobre consequências dos venenos, sementes transgênicas, valorização das sementes crioulas e a necessidade da construção de um Projeto Popular para a agricultura brasileira.
Consolidação do MMC Brasil	2004	Lula (PT)	Unificação de movimentos autônomos de mulheres do campo de 19 estados. Como um movimento: popular, autônomo, classista e feminista.

Fonte: CPT, 2010; MMC, 2008; Autora, 2019.

Nos últimos anos, a organização do MMC tem sido no sentido de buscar barrar a perda de direitos já conquistados. Dessa forma, a luta pela Previdência Social, luta histórica do MMC, foi uma de suas principais frentes de luta em 2020, devido à Reforma da Previdência que estava em votação no Congresso Nacional. O MMC Nacional criou a chamada Brigada Loiva Rubenich<sup>17</sup>. A Brigada Loiva foi a presença constante, por quatro meses no Congresso Nacional e um mês no Senado, de mulheres do MMC de todo o Brasil. O MMC MG teve participação decisiva nesse processo, enviando, constantemente, ônibus com diversas mulheres do Movimento para dialogar com os(as) parlamentares e fazer pressão para que a Reforma não fosse aprovada.

<sup>17</sup> Loiva foi uma militante do MMC, que viajou pelo Brasil realizando trabalho de base em prol da luta pela Previdência na época da reformulação da constituição federal, na década de 1980. Sendo assim, ela desempenhou importante papel nas conquistas de direitos para a população rural, como a aposentadoria rural e o salário maternidade rural.

Apesar da Reforma da Previdência ter sido aprovada, a atuação no MMC no Congresso conseguiu retirar alguns pontos que a tornariam ainda mais prejudicial à vida dos(as) trabalhadores(as) do campo. Os itens que foram retirados da proposta da Reforma foram: o da capitalização; os que alteravam os direitos especificamente dos(as) trabalhadores(as) rurais (de aumento da idade para se aposentar e da necessidade de pagamento de uma quantia anual ao INSS); o item do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que rebaixava o valor para R\$ 400,00, hoje segue como sendo o valor de um salário mínimo.

A previdência social é um direito dos(as) trabalhadores(as) do campo. É também uma das formas de contribuir para que a população permaneça vivendo e trabalhando no mesmo. Contudo, essa não é a única discussão dentro do MMC MG. A discussão sobre os direitos das mulheres e pela Agroecologia continuam. E, sobretudo, no Vale do Rio Doce, as camponesas têm uma luta constante contra o avanço do capitalismo no campo que tem não só devastado o meio ambiente, como também, tirado a vida de muitas pessoas.

Como bem sabemos, o Rio Doce foi atingido pelo crime social e ambiental ocorrido em Mariana/MG, em novembro de 2015, com o rompimento da barragem da empresa mineradora Samarco (cujos os proprietários são: a Vale S.A. e a BHP Billiton). A lama da barragem chegou à GV e deixou milhares de pessoas sem acesso à água, assim como, muitos(as) pescadores(as) e camponeses(as) sem meios de continuar seu trabalho e produção. Até hoje, segundo pesquisas feitas nas águas desse rio, estas permanecem contaminadas, impróprias para o uso. Contudo, devido à necessidade, as pessoas têm consumido, feito uso dessas águas, sem saber que consequências isso pode gerar para a sua saúde em médio e longo prazo. No Encontro Estadual do MMC MG, uma das camponesas presentes relatou que costumava vender seus produtos em uma barraca nas margens de uma rodovia. Contudo, como o rio que abastece o seu sítio é o Rio Doce, as pessoas deixaram de comprar os seus cultivos, pois sabem que as águas estão contaminadas. Ela conta que as pessoas continuam pescando no rio e diversas mutações têm sido percebidas nos peixes.

Outra participante do Encontro faz parte do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), é de Brumadinho<sup>18</sup> e a luta ali é muito árdua para que as indenizações sejam de fato realizadas. Ela relata que as pessoas contam que alguns meses antes da barragem ser rompida, alguns moradores receberam ofertas para que vendessem suas terras. Após o rompimento da barragem, foi divulgado pela mídia que a Vale S. A. chegou a realizar pesquisas na área, em 2006, e concluiu que o terreno tinha potencial para mineração. Contudo, a Vale S.A. negou tal interesse, muito embora, ela tenha exigido nos trâmites de

---

<sup>18</sup> Em 2019, controlada pela Vale S.A., a 'barragem da Mina Córrego do Feijão', que acumulava rejeitos de uma mina de ferro rompeu levando (oficialmente) à morte de 259 pessoas e 11 desaparecidas, deixando diversas famílias camponesas e aldeia indígena sem acesso à água e suas terras.

indenização, que os(as) indenizados(as) transferissem o título de propriedade das terras para a empresa. Em nota emitida pela empresa, ela afirma que não efetuará exploração mineradora na área e que a ideia é que se forme um corredor ecológico (POSSATO *et al.*, 2019).

O uso dessas terras só o futuro dirá. Todavia, fato é que as águas de Brumadinho, assim como todo o Rio Doce, continuam contaminados e afetando a vida e a saúde de milhares de pessoas. E essa é uma das grandes lutas que o MMC MG, assim como as demais organizações políticas e sociais da região, tem diante de si. Contra esses novos grileiros de terras que surgem, com novas roupagens, novas táticas, mas com os mesmos objetivos: desterritorializar o campesinato para a extração, sem limites, de capital.

### **Considerações finais**

Buscamos abordar aqui, o histórico da luta camponesa no Vale do Rio Doce até a formação do atual Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais, a partir de uma perspectiva territorial, partindo de referências bibliográficas e do relato das camponesas que vivenciaram esses processos de luta. O Vale do Rio Doce foi colonizado por camponeses(as) que *posseavam* a terra para poder viver e cultivar, a partir de manejos que conservavam o meio ambiente. Contudo, com o avanço do capitalismo, a valorização das terras na região, iniciou-se um processo de grilagem de terras e expropriação das mesmas dos(as) camponeses(as), para a formação de latifúndios tendo em vista a criação de gado. Essa transformação levou a um processo intenso de degradação do meio ambiente: o desmatamento e o mau uso do solo geraram processos erosivos graves e a diminuição da oferta de água.

A violência extrema que se perpetuou contra os(as) camponeses(as), levou à organização dos(as) mesmos(as) em sindicatos e movimentos socioterritoriais em busca de justiça e da retomada de suas terras de trabalho e de vida. Dentre as conquistas dessas lutas tivemos a formação do Assentamento Oziel, assim como, da retomada do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de GV. A partir desse Sindicato e de Movimentos de mulheres camponesas de outros estados, iniciou-se a discussão de gênero em GV, contribuindo para que o MMC se consolidasse em Minas Gerais a partir de 2004, junto com a formação nacional do MMC.

O MMC MG apresentou muitas conquistas a partir de suas lutas contra a destruição do modo de vida camponês, sua forma de produzir e se relacionar com a natureza, na luta pelos direitos das mulheres, pela sua valorização, autoestima, contra a violência e opressão que sofrem. A retomada de sua autoestima e valorização, como mulheres e como camponesas, faz com que as militantes se engajem, cada vez mais, na luta, no compromisso

de libertarem cada vez mais mulheres (na reterritorialização de suas terras, corpos e conhecimentos).

## Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território. 3ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, número 6 – Janeiro/Julho de 2005. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GOMES, João Carlos Costa. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, A. M., ASSIS R. L. (Eds.) **Agroecologia**: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável. Embrapa Informação Tecnológica: Brasília, 2005.

GUIMARÃES, Lígia. “Fala de Guedes sobre desmatamento contraria ciência e até 'mundo econômico' de Davos, diz cientista”. **G1**. BBC News Brasil em São Paulo. 22 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51215404>. Acesso em: 23 jan. 2020.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. Encontro Nacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu: UNESP, 2001.

HOWARD, Patricia L. (ed.). **Women and Plants**: gender relations in biodiversity management & conservation. London & New York: Zed Books Ltd, 2003.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira**. Combates e Controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Fernanda. Para o jornalista, o combate continua. **Observatório da Imprensa**. 29 de dez. 2009. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/para-o-jornalista-o-combate-continua/>. Acesso em: 10 out. 2019.

MIES, Maria. BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. **The Subsistence Perspective: beyond the globalised economy.** London and New York: Zed Books, 2000.

MMC SC. **Uma História de Organização, Lutas e Conquistas.** Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Chapecó/SC, 2008.

NOSSO JORNAL. Salve o grande Carlos Olavo. **Nosso Jornal.** 6 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.nossojornalabaete.com.br/2016/05/06/salve-o-grande-carlos-olavo/>. Acesso em: 10 out. 2019.

NORGAARD, Richard B. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Estudos Sociais em Revista.** Vol. 2, n. 2 (Jul./Dez. 1999), p. 135-148. Londrina: Ed. UEL, 1999.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição à Pesquisa Geográfica.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese\\_pedon.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf)

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas Terras do Rio Sem Dono.** Rio de Janeiro: Editora CODECRI, 1988.

PETERSEN, Paulo F; SILVEIRA, Luciano M; FERNANDES, Gabriel B; ALMEIDA, Sílvio G. **Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PFEIFFER, Jeanine M; BUTZ, Ramona J. Assessing Cultural and Ecological Variation in Ethnobiological Research: the importance of gender. **Journal of Ethnobiology**, Vol. 25, N. 2, pp. 240-278, 2005.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POSSATO, Viviane; ZUBA, Fernando; ANDRADE, Naiana. Brumadinho: terrenos atingidos pela lama da Vale têm potencial de mineração. **G1**, TV Globo, 27 de maio de 2019, seção Minas Gerais. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/27/brumadinho-terrenos-atingidos-pela-lama-da-vale-tem-potencial-de-mineracao.ghtml>. Acesso em 10 out. 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana.** Porto Alegre, 2002. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/01/01\\_marcos.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf). Acesso em: 05 de jan. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** 3ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho.** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente.** São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa; DE BARROS, Vanessa Andrade. "Conte-me Sua História": reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico**, Vol. I, nº 1, 25-35. 2007.

TOLEDO, Víctor M. La Racionalidad Ecológica de la Producción Campesina. In: SEVILLA GUZMÁN, E. e GONZALEZ DE MOLINA, M. (Eds.) **Ecología, Campesinato y Historia**. La Piqueta, 1993.

TOLEDO, Víctor. M; BARRERA BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

---

### Sobre a autora

---

**Renata Rocha Gadelha** – Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-6795-1412>

---

### Como citar este artigo

---

GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

---

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2020.  
Devolvido para a revisão em 06 de janeiro de 2021.  
Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2021.

---